

---

# Camões, 500 anos: o tempo acorrentado

*Camões, 500 years: time chained*

Alexei Bueno

*PEN Clube do Brasil*

## DOI

<https://doi.org/10.37508/rcl.2025.nEsp.a1365>

## RESUMO

O artigo, após um sucinto esboço biográfico de Luís de Camões, trata da presença do poeta e do homem no advento do seu quinto centenário, da sua importância como fundador da moderna língua literária portuguesa, das vicissitudes da recepção de sua obra nos países lusófonos e em todo o mundo, da sua centralidade no gênero épico na literatura ocidental, e da sua inabalável permanência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Camões; Império Português; Epopeia; Lírica; Quinto centenário.

## ABSTRACT

The article, after a succinct biographical sketch of Luís de Camões, deals with the presence of the poet and the man at the advent of his fifth centenary, his importance as founder of the modern Portuguese literary language, the vicissitudes of the reception of his work in Portuguese-speaking countries and in throughout the world, of its centrality in the epic genre in Western literature, and of his unshakable permanence.

**KEYWORDS:** Camões; Portuguese empire; Epic; Lyrical poetry; Fifth centenary.

Nada mais compreensível, no caso dos poetas nacionais, ou que de tal posição se aproximam, e ainda mais no caso daqueles que consolidaram determinada língua literária, do que esta sensação de quase espantosa perenidade, de presença quase física – podemos dizer assim – que é o que creio sentirmos todos os que aqui nos congregamos neste dia duplamente glorioso. Em Camões, no entanto, que reúne em nível insuperável essas duas características, soma-se uma terceira, mais rara na verdade, mas, talvez, a de maior força afetiva, que é o que tentaremos demonstrar nestas breves divagações sobre um artista inesgotável, como inesgotável foi o homem, que muito romanticamente não podemos separar daquele, ainda que nos reportemos à Renascença.

Nos festejos desta data até hoje inigualada pela imponência, a do meio milenário, não há como não nos recordarmos, mesmo que superficialmente, do já longo histórico de homenagens ao poeta. De início, e por muito tempo, elas foram bibliográficas, talvez com certo destaque para as duas traduções castelhanas d'*Os Lusíadas*, saídas no ano mesmo de sua morte e da união das coroas, 1580. A medalhística, de larga florescência, firma-se no século XVIII. De 1817 é a magnífica edição parisiense da epopeia, pelo Morgado de Mateus, mas é com a aproximação do Romantismo que se consolida esse culto estético e patriótico a um só tempo. Em 1825, Garrett lança o poema *Camões*, o mesmo Garrett que, dotado de um sentido da história ainda raro entre os seus contemporâneos, levanta o problema da localização dos ossos de Camões, “os ossos prováveis de Camões” (Nobre, 1902, p. 67), de acordo com o verso de António Nobre publicado nas *Despedidas*, demanda de longa e desastrada história. O apogeu – e, cremo-lo, apogeu para sempre – desse culto camoniano ocorrerá nos festejos do seu tricentenário de morte, em 1880, verdadeira apoteose binacional, em Portugal e no Brasil, por meio de todas as formas possíveis de expressão, das artes plásticas à literatura. Entre cortejos,

concertos, recitais, medalhas, gravuras, quadros e uma infinidade de publicações, nunca nos devemos esquecer dos quatro sonetos – inicialmente cinco – de Machado de Assis, suíte de obras-primas de um grande poeta – poeta da maturidade, há que afirmar – sempre empanado pelo ficcionista, assim como vale a pena ressaltar a visceral proximidade com a ambiência lusitana do autor de “O alienista” e de “A derradeira injúria”, filho de portuguesa, afilhado de portuguesa, marido de portuguesa, e assíduo frequentador desta casa, fatos muito pouco lembrados, quando não voluntariamente esquecidos.

E por que tal insuperável apoteose de 1880? A resposta está na própria sempre reiterada multiplicidade do autor, assim como, obviamente, em questões históricas. Num Brasil a oito anos da abolição da escravatura e a nove da República, bem como num Portugal a dez anos do *Ultimatum* britânico de 1890, a 28 anos do Regicídio e a 30 da República, Camões servia para todos os gostos, aos monarquistas como cantor dos reis que estenderam a Fé e o Império, e aos republicanos como duro crítico dessa mesma realeza e de todo o resto. Entrando pelo século XX, as efemérides se sucedem, sem que nenhuma se compare àquela: os quatro séculos de nascimento, em 1924, quando Portugal lança uma bela série de selos postais; os quatro séculos de *Os Lusíadas*, em 1972, na agonia do Estado Novo, ou os quatro séculos de sua morte, em 1980. E eis-nos chegados à mais redonda e imponente das datas, cujo biênio comemorativo inauguramos neste momento.

\* \* \*

No alvorecer do século XV, enquanto França e Inglaterra se refaziam da Guerra dos Cem Anos, enquanto Espanha se dedicava à Reconquista, enquanto Itália e Alemanha ainda estavam a séculos de um longínquo sonho de nacionalidade, e boa parte da Europa, saindo do feudalismo, ainda não atingira uma unidade nacional, Portugal, no ponto mais ao Ocidente do mundo conhecido, dirigia

todos os seus esforços de nação unificada para a expansão comercial marítima, a descoberta de novas rotas e produtos novos, fundando, assim, através de uma série de façanhas náuticas e militares, o seu vasto império comercial e mercantil, consequência terrena de um justificador pretexto sagrado de guerra aos infiéis e expansão da fé.

Fundiam-se, assim, num desses raros momentos em que se dividem as águas da história, o ideal cavalheiresco e religioso medieval, tão importante ao surgimento do Estado português, feito por vias de reconquista, com a curiosidade empírica e científica, já da Renascença, de todo o processo das Grandes Navegações. A pesquisa científica direta, o reordenamento de todo o conhecimento astronômico, náutico, matemático, geográfico, linguístico, causa e consequência da epopeia expansionista, casava-se, desse modo, com o ideal heroico antigo e medieval, união das virtudes bélicas do herói pagão clássico com o ideal superior do mártir cristão, além do cavalheirismo galante, típico do medievo.

A Literatura Portuguesa, após dar o último e maior fruto do medievalismo na obra de Gil Vicente e esgotar, no *Cancioneiro geral*, um lirismo palaciano que não comportava mais a nova realidade, e cujas origens remontavam à própria origem da língua, começava, então, a receber de fora, da Itália especialmente, a estrutura formal que a conduziria ao apogeu. O retorno de Sá de Miranda da Itália, onde ficara cinco anos, o contacto com Dante, Petrarca e Ariosto, a introdução dos metros do *Dolce Stil Novo*, a releitura renascentista de todo o patrimônio clássico sobrevivente, a introdução do decassílabo, da *terza rima* e da oitava, bem como dos gêneros característicos do período, o soneto, a égloga, a canção, etc., tudo isso vinha unir-se a um material literário autóctone, à historiografia militar imperial, à crônica trágico-marítima, ao relato de viagens, formando, assim, esse quase milagroso húmus necessário à eclosão da verdadeira epopeia.

Já então se perguntavam os poetas portugueses, em meio à convicção de que as façanhas da expansão nacional igualavam ou mesmo superavam as da Antiguidade Clássica, qual seria o novo Homero dessa nova raça de guerreiros e de nautas. É sobre esse fundo histórico que aparece o homem, armado da pena e da espada, boêmio devasso e amante platônico, arruaceiro das noites de Lisboa e gigante espiritual e moral, encarcerado no Reino, mutilado em África, naufragado no Cambodja, encontrado na miséria em Moçambique, vagando por três continentes, amante de aias da corte, de cativas africanas e de chinesas, morrendo com a independência portuguesa, homem-síntese da Renascença, homem-símbolo de sua pátria, pai da língua e, com Tasso, o maior poeta épico do mundo moderno.

\* \* \*

Quatro séculos de pesquisas, conjecturas, interpretações certas e errôneas, perda e achado de documentos, suposições com maior ou menor fundamento proporcionaram-nos por fim uma magra, porém mais ou menos consensual, biografia camoniana. Filho de Ana de Sá e Simão Vaz de Camões, fidalgo empobrecido de origens galegas, Luís Vaz de Camões deve ter nascido em Lisboa entre 1524 e 1525, mais provavelmente no primeiro ano. As variadas hipóteses dadas por Pedro Mariz, Manuel Severim de Faria e Manuel de Faria e Sousa, confirmadas ou desmentidas por documentação posteriormente encontrada, reforçam tal afirmação.

Sua mocidade deve ter transcorrido em Coimbra, a contarmos com a confissão em poema seu a respeito de longo tempo e de amores passados junto ao Mondego. Sobre esta hipótese, levantam-se também as explicações para a cultura enciclopédica de Camões, que aí teria cursado a Universidade, fato sobre o qual jamais se encontrou qualquer documento comprobatório. Hipótese mais plausível relaciona os seus estudos com a presença em Coimbra de um seu tio, D. Bento, prior do Mosteiro de Santa Cruz e Cancelário da Universidade, que

se teria encarregado da sua educação. Quanto à motivadora de seus amores coimbrãos, tudo se resume a hipóteses mais ou menos bem construídas.

De volta a Lisboa, teria participado de uma expedição ao norte da África, provavelmente a Ceuta, onde, num combate com mouros, viria a perder o olho direito, ferido por um pelouro. De fato, numa de suas redondilhas publicada nas *Rimas* (1598), alude ao conhecimento notório em Portugal dessa sua mutilação, através da referência à alcunha de Cara-sem-olhos que lhe dera uma dama patricia.

Em 1550, de acordo com documento aludido por Manuel de Faria e Sousa, Camões ter-se-ia alistado para ir para a Índia, mas esta partida só se deu de fato em 1553, como prova a famosa carta de perdão encontrada pelo Visconde de Juromenha na Torre do Tombo, quando preparava a sua edição das *Obras completas*. Nela dois desembargadores do Paço, em nome de D. João III, concedem um perdão em favor de Luís Vaz de Camões, preso no Tronco de Lisboa por ter ferido, junto com outro mascarado, certo Gonçalo Borges, no dia de *Corpus Christi*. Acrescenta a carta ser o réu mancebo pobre que partiria este ano para servir na Índia. O perdão é concedido com o pagamento de uma multa de quatro mil-réis. De fato, as cartas de Camões do mesmo período, que nos chegaram em apógrafos, no-lo mostram numa convivência boêmia com prostitutas e arruaceiros, descrevem cenas de espancamento e fazem comentários sobre ordens de prisão contra vários membros do grupo, característica comportamental esta, aliás, não incomum entre grandes nomes da Renascença, como Benvenuto Cellini, Christopher Marlowe ou Caravaggio, que a piores extremos chegaram. Em resumo, após esse período conturbado, Camões embarca para a Índia em março de 1553, na armada de Fernando Álvares Cabral.

Começam então os 17 anos de peregrinação do poeta pelo Oriente. Ao que tudo indica, participou de uma expedição ao Malabar e

de outra ao estreito de Meca. Vagueou pela Índia e provavelmente pela China, ao menos de acordo com uma velha tradição, sempre perseguido pela pobreza, apesar da popularidade granjeada por seu engenho poético e valor pessoal. Naufragou na foz do rio Mekong, salvando a nado os originais da sua epopeia, como narra na estrofe 128 do último canto, morrendo, porém, no mesmo naufrágio uma sua amante chinesa, origem do ciclo imortal de sonetos para Dinamene, nome de uma ninfa usado por ele para representá-la.

Em certo momento, promessas de trabalho o levaram para Moçambique, sem nada, no entanto, ter-se concretizado, e onde inclusive chegou a ser preso por dívidas de viagem. Lá o vai encontrar Diogo do Couto, “tão pobre que comia de amigos”, tendo sido necessário que eles se cotizassem para pagar-lhe o retorno a Portugal, onde chegou a 7 de abril de 1570. Durante o período de Moçambique, foi-lhe furtado o *Parnaso de Luís de Camões*, livro em que organizava as suas poesias líricas.

Chegando a Lisboa, senhor apenas de seus escritos, busca em vão a proteção da família de Vasco da Gama, herói do Poema. Desencantado com o total desinteresse que encontra, nele introduz algumas acerbias estâncias a respeito do ocorrido. Finalmente, em setembro de 1571, consegue um privilégio para a impressão d’*Os Lusíadas*, que vem à luz no ano seguinte. Em 27 de julho de 1572, D. Sebastião lhe concede a pensão anual de 15.000 réis, quantia de valor medíocre, mas que será mantida após a morte do poeta em benefício de sua mãe.

Publicada a epopeia, nada mais de concreto se sabe sobre a vida de Camões, até sua morte a 10 de junho de 1580, data que é hoje o Dia Nacional de Portugal. Dois anos sobreviveu ao desastre de Alcácer-Quibir e à desapareição do monarca ao qual tão entusiasticamente incentivara para a ação bélica contra o inimigo infiel, impressionado que estava com a dissensão europeia perante a ameaça iminente do

imperialismo otomano, até o advento da Batalha de Lepanto. Mais do que nunca deve ter sofrido a amarga presciência da decadência nacional, que surge diversas vezes, de maneira impressionante, no corpo do Poema. Sob o governo fantasma do cardeal D. Henrique, vive seus dois últimos anos, vendo à sua volta a “[...] austera, apagada e vil tristeza” (*Lus.*, X, 145, 8) que já antes sentira. Pouco tempo após a sua morte, Portugal perde a independência, sendo anexado por sessenta anos à Coroa Espanhola. Nesse exato momento, inicia-se a consagração mundial do seu nome e da sua obra.

\* \* \*

A obra poética de Camões representa a suma de todos os gêneros do lirismo renascentista, como talvez nenhum contemporâneo seu de outra literatura tenha realizado, e a criação do português moderno, a mesma língua literária que usamos até hoje. Comparado com seus contemporâneos e antecessores próximos, a linguagem de Camões é intensamente viva, expressiva, flexível e liberta de arcaísmos. O único arcaísmo sintático que passa incólume por ele é a não flexão por número do pronome pessoal *lhe*, que só seria consagrada no século XVII. As mesmas formas introduzidas e utilizadas por Sá de Miranda encontram em Camões, com a diferença de pouquíssimos anos, a sua realização definitiva.

Em todos os gêneros do período escreveu e em todos, excetuando o teatro em verso, onde o lirismo e a sátira de espírito ainda medieval de Gil Vicente permanecem imbatíveis, superou a todos. Além da epopeia neoclássica representada pelos *Lusíadas*, deixou-nos cerca de duzentos sonetos, fora as églogas, canções, odes, oitavas, sextinas, redondilhas, glosas etc. Pelos sonetos, que vão do petrarquismo amoroso à meditação filosófica, do elogio histórico à confissão pessoal, é o maior mestre do gênero na história da língua. Em todo o resto da obra, mantém-se o altíssimo nível estético, a profundidade de pensamento e a inalterável grandeza moral, culminando tudo,

talvez, na longa e profunda meditação lírica das redondilhas “Sôbolos rios que vão”, síntese de uma vida, triunfo ético e religioso de um espírito sobre a sua própria contingência, suma platônica de toda a poesia ocidental e, muito provavelmente, o mais alto poema de nossa língua.

N’ *Os Lusíadas* e na obra lírica, cria Camões o grande decassílabo português, verso nobre da nossa poesia, com uma flexibilidade expressiva e emocional nunca superada. Todos os reparos feitos posteriormente à sua técnica são obra da incompreensão poética de metrificadores esteticamente imprestáveis, como Castilho e o famigerado padre José Agostinho de Macedo. Por obra do primeiro, seguida por protoparnasianos tão vazios quanto ele, chegaram a antepor o decassílabo bocagiano, com a sua uniformidade muito corretamente monocórdia, ao de Camões, de variedade sinfônica. Tais opiniões caíram no mesmo vácuo em que foram parar os demais censores da epopeia, como alguns do período iluminista, com o seu neoclassicismo de origens falsamente clássicas, com a sua incompreensão de grande parte da estética anterior à Renascença, de importante parte desta própria, assim como da estesia maneirista e especialmente da barroca, e com a mil vezes nefasta e espúria inserção da ideologia do progresso no campo da arte, que persevera até nossos dias, acrescida pela acelerada e programada obsolescência do capitalismo tecnológico dentro do qual vivemos.

Pela primeira vez, com Camões, a língua atinge as suas maiores possibilidades emocionais. O verso se amolda sonoramente ao que procura exprimir com a naturalidade milagrosa da alta poesia. Encrespa-se como as ondas que descreve, estrondeia como as batalhas que narra, desfaz-se de languidez amorosa ou se arroja violentamente para o alto quando o infla o orgulho de cantor da pátria.

Ensombrece-se pressentindo os males que atingiriam o império, indigna-se com os maus-tratos dos poderosos para com os humildes

e desvalidos, vibra belicamente descrevendo as façanhas heroicas e tremula com um visionarismo etéreo quando tenta enxergar nas névoas do futuro.

O tom muda às vezes de uma palavra a outra, sob o jugo de sua onipotência expressiva. Num soneto-epitáfio, no qual narra a vida de um jovem e obscuro marinheiro morto no mar com menos de 25 anos de idade, podemos ler:

No mundo poucos anos, e cansados,  
Vivi, cheios de vil miséria dura;  
Foi-me tão cedo a luz do dia escura,  
Que não vi cinco lustros acabados.

Corri terras e mares apartados,  
Buscando à vida algum remédio ou cura;  
Mas aquilo que, enfim, não quer ventura,  
Não o alcançaram trabalhos arriscados.

Criou-me Portugal na verde e cara  
Pátria minha Alenquer, mas ar corrupto  
Que neste meu terreno vaso tinha,

Me fez manjar de peixes em ti, bruto  
Mar, que bates na Abássia fera e avara,  
Tão longe da ditosa pátria minha!

(Camões, 1998, p. 103).

No último terceto, ouvimos o verso encrespar-se numa sequência de bês, tês e erres, para quase desfazer-se, liricamente, como um mel, no último verso, expressão de amor e saudade do país natal.

Sua adjetivação é de uma expressividade incomparável, mais objetiva que o uso de substantivos na maioria dos poetas. Nunca em português se reencontrou a mestria caracterizadora da adjetivação

camoniana, duma exatidão destituída de todo enfeite ou ouropel, em sequências célebres e inesquecíveis:

Não acabava, quando uma figura  
 Se nos mostra no ar, robusta e válida,  
 De disforme e grandíssima estatura,  
 O rosto carregado, a barba esqualida,  
 Os olhos encovados, e a postura  
 Medonha e má, e a cor terrena e pálida,  
 Cheios de terra e crespos os cabelos,  
 A boca negra, os dentes amarelos.  
 (*Lus.*, V, 39, 1-8).

É curioso lembrar que, no festival de bobagens a respeito de poesia em quem sempre fomos pródigos, já houve quem anatematizasse os adjetivos, em nome de uma suposta “poesia substantiva”. Esta oitava, que descreve o Gigante Adamastor, tem 14 adjetivos, 14 adjetivos em oito versos, e não conheço nada mais “substantivo” do que ela. Outros exemplos:

Na férvida e implacável espessura;  
 [...]
 Abraçados, as almas soltarão  
 Da fermosa e misérrima prisão.  
 (*Lus.*, V, 48, 4, 7-8).

Duma austera, apagada e vil tristeza.  
 (*Lus.*, X, 145, 8).

E neste verso, o que valeria o banalíssimo substantivo abstrato “tristeza”, sem a impressionante gradação dos três adjetivos que o precedem, “austera”, “apagada” e “vil”?

“Mas eu que falo, humilde, baixo e rudo,” (*Lus.*, X, 154, 1).

E, como a sua adjetivação, sua sonoridade não igualada:

No mais interno fundo das profundas  
Cavernas altas, onde o mar se esconde,  
Lá donde as ondas saem furibundas  
Quando às iras do vento o mar responde,  
(*Lus.*, VI, 8, 1-4).

Na lírica amorosa, que anda ao lado da filosófica, daquela que percebe a mudança implacável e o irresolúvel desconcerto do mundo, Camões ergue a língua a uma elegância inédita e nunca igualada, como neste soneto célebre, cuja dívida petrarquiiana nem um pouco diminui:

Tanto de meu estado me acho incerto,  
Que em vivo ardor tremendo estou de frio;  
Sem causa, juntamente choro e rio,  
O mundo todo abarco e nada aperto.

É tudo quanto sinto, um desconcerto;  
Da alma um fogo me sai, da vista um rio;  
Agora espero, agora desconfio,  
Agora desvario, agora acerto.

Estando em terra, chego ao Céu voando,  
Num'hora acho mil anos, e é de jeito  
Que em mil anos não posso achar um' hora.

Se me pergunta alguém porque assim ando,  
Respondo que não sei; porém suspeito  
Que só porque vos vi, minha Senhora.  
(Camões, 1998, p. 191).

Toda a parte mais alta de sua poesia, os grandes sonetos, as maiores redondilhas e canções, os episódios culminantes d'*Os Lusíadas* possuem aquela mais rara qualidade da obra de arte sublime, que é de parecer preexistente, como involuntária, diríamos não composta. Os versos dos sonetos a Dinamene e dos confessionais, dos episódios de Inês de Castro, do Velho do Restelo, do Gigante Adamastor, da abertura e do final da epopeia parecem, para os nossos ouvidos criados na língua portuguesa, da qual ler Camões no original é um dos maiores privilégios, como eternamente existentes, em sua perfeição sobre-humana, no mundo platônico das ideias puras.

O *corpus* da obra lírica de Camões, quase inteiramente de publicação póstuma, a partir de 1595, foi variando durante quase trezentos anos de atribuições cada vez menos fundadas. Um longo trabalho de crítica séria, iniciado no século XIX, repudiou tudo o que havia sido acrescentado de claramente apócrifo, chegando por fim a um conjunto de um nível aceitável de autenticidade, com o qual só nos resta conviver.

\* \* \*

O caráter de poeta nacional de Camões se comprova, além da quase obviedade, pelo dia de hoje, pois desconhecemos nação cuja data nacional seja oriunda da biografia de um artista. Como, entre os antigos, Homero para os gregos e Virgílio para Roma, como Dante para a Itália, como Shakespeare para a Inglaterra, como um Eminescu para a Romênia, como um Petöfi para a Hungria, como um Púshkin para a Rússia, como um Mickiewicz para a Polônia, como Solomós para a Grécia, como Martí para Cuba, ele representa para Portugal esse papel que, no Brasil, foi dividido entre os nossos dois maiores românticos, Gonçalves Dias e Castro Alves, e que na riquíssima poesia francesa não alcançou um consenso, apesar do titanismo de Victor Hugo. É característico, diga-se de passagem, das literaturas de países que não viveram a Renascença, ou nela não alcançaram o seu

apogeu estético, como os do Leste europeu e os das Américas, esse aparecimento dos poetas nacionais no Romantismo, movimento coevo à independência de muitos deles. Quando dizemos “poetas nacionais”, utilizamos a expressão exata, pois só a Espanha, apesar da magnífica floração lírica do *Siglo de Oro*, encontrou seu nuntiar num prosador, Cervantes, na obra do qual a importância da poesia é secundária.

Camões, como todos os artistas que já caminharam sob o sol, encontrou não poucos críticos de má-vontade, e recebeu a sua inarredável dose de humana estupidez. Entre os iluministas que há pouco lembramos, nem vale a pena citar Voltaire, já que a incapacidade de compreensão desse mau poeta e crítico hediondo sempre foi pública e notória, descompondo Camões na excelente companhia de Dante e Shakespeare, e reforçando a nossa velha impressão de que os grandes ironistas são quase invariavelmente críticos inaptos.

E como ninguém é profeta em sua terra, em Portugal ele foi a vítima de predileção de uma inveja incansável – obviedade que dispensa qualquer documentação probatória –, uma entre as muitas desgraças que tanto o perseguiram, baixo sentimento que ele relembra no final de um soneto dedicado ao Vice-Rei Dom Luís de Ataíde:

Que vençais no Oriente tantos Reis,  
Que de novo nos deis da Índia o Estado,  
Que escureçais a fama que hão ganhado  
Aqueles, que a ganharam de infiéis;

Que vencidas tenhais da morte as leis,  
E que vencêsseis tudo, enfim, armado,  
Mais é vencer na pátria, desarmado,  
Os monstros e as Quimeras que venceis.

Sobre vencerdes, pois, tanto inimigo,  
E por armas fazer que sem segundo  
No mundo o vosso nome ouvido seja;

O que vos dá mais fama inda no mundo,  
É vencerdes, Senhor, no Reino amigo,  
Tantas ingratidões, tão grande inveja.  
(Camões, 1998, p.166).

Tal inveja em solo pátrio encontraria a sua encarnação maior na fascinante figura de sociopata que foi a do Padre José Agostinho de Macedo, cuja biografia, por Carlos Olavo, supera muito romance picaresco. Os dois volumes da sua *Censura das Lusíadas*, publicados em 1820, na esteira dos equívocos poéticos do *Gama*, em 1811, e *d'O Oriente*, três anos posterior, com os quais pretendeu superar a grande epopeia, são um monumento eterno de incapacidade de compreensão estética.

Quatro décadas mais tarde, a publicação do poema *Dom Jaime, ou a Dominação de Castela*, de Tomás Ribeiro, em 1862, permitiria a Antônio Feliciano de Castilho emitir o célebre julgamento, que, pelo menos, daria ensejo à obra-prima da prosa portuguesa que é “Bom senso e bom gosto” de Antero de Quental, e a toda a *Questão Coimbrã*:

nenhum bom poeta dos nossos dias, ainda que inferior a Camões, se resignaria, cuido eu, a assinar como sua uma única estância inteira de todos os dez cantos; se há um que diga que ousava, que me aponte qual é essa estância fênix que ao fim de quase três séculos está ainda tão lustrosa e juvenil (Ribeiro, 1862, p. XLVII).

A hipertrofia formalista de Castilho, que, dentro da sua mediocridade, possuía algumas corretas e úteis noções de poética, uniu-se aí a problemas de prosódia dos quais ele nunca teve inteira percepção.

Para chegarmos ao século XX e retornarmos ao exterior, Ezra Pound, em ensaio recolhido no livro *The spirit of romance*, de 1910, consegue emitir aquela que é, ao que tudo indica, a visão mais completamente equivocada da epopeia camoniana:

Camões escreve um bombástico resplandecente, que vez por outra é poesia. A fala sem musicalidade de Portugal é dominada, suas asperezas transformadas em harmonia. Como retórica florida, *Os Lusíadas*, creio eu, dificilmente poderão ser superados. Seu encanto se deve à força do seu autor, à sua unanimidade, à sua fé inabalável na glória das coisas externas; e há também um certo prazer em entrar em contacto com um espírito como o de Camões, o espírito de um homem que tem entusiasmo suficiente para escrever uma epopeia em dez livros sem deter-se uma única vez para qualquer tipo de reflexão filosófica. Ele é o Rubens do verso (Pound, 1968, p. 217).

Se a comparação “Rubens do verso” é brilhante, a afirmação de que o poeta escrevera toda uma epopeia “sem deter-se uma única vez para qualquer tipo de reflexão filosófica” chega às raias do inacreditável, e só nos leva à convicção de que o poeta norte-americano, independentemente do duvidoso alcance do seu português, não leu *Os Lusíadas*, e o mais impressionante é que uma aberração de tal nível ainda encontra lusófonos para repeti-la. Camões, grande poeta do pensamento, numa linha que se firmou como a mais rica da poesia de nossa língua, filosofa o tempo inteiro, tanto na lírica como na épica, o que encarece a monstruosidade da infelicíssima afirmação. O que é o episódio do Velho do Restelo, senão uma inigualável meditação sobre a *Hybris*? Com a leviana superficialidade nada incomum em sua crítica, independentemente das coisas admiráveis que produziu, Pound nos retrata esse homem torturado pelas mazelas do seu tempo e de todos os tempos como um satisfeitíssimo cortesão...

Mas, para uns tantos equívocos e incompreensões, quantos o enalteceram, de Torquato Tasso, seu único émulo na epopeia moderna, que lhe dedicou um soneto; a Cervantes, que, no *Don Quijote*, fala “del excelentísimo Camoens”, que logo receberia o muito justo título de “Príncipe dos poetas de Espanha”; e, sem lembrar da quase unanimidade dos grandes românticos – apenas como curiosidade, Púshkin o cita seis vezes na sua obra poética –, a Richard Francis Burton, que lhe traduziu magnificamente vasta parte da poesia, ou ao romancista holandês Jan Jacob Slauerhoff, que o transformou em personagem de sua obra, tal como o poeta alemão Reinhold Schneider, entre tantos outros, e a lista não se esgotaria tão cedo.

Não há, convenhamos, poema com quase 9.000 versos que não seja passível de críticas. No sexto capítulo de *Viagens na minha terra*, o insuspeito Garrett, como muitos outros, implica com o célebre verso “O falso Deus adora o verdadeiro!” (*Lus.*, II, 12, 8), que, pessoalmente, sempre nos pareceu uma síntese brilhante deste consórcio entre paganismo e cristianismo que foi a Renascença. Aquilino Ribeiro, em *Camões, Camilo, Eça e alguns mais* ((1949)), embirra com a inserção do episódio de São Tomé no Canto X, mas, ainda que nunca saibamos se ali houve alguma ingerência clerical ou complacência diplomática, o certo é que São Tomé foi o apóstolo das Índias, e a descoberta do caminho marítimo para elas é o episódio central do poema. Muitos estranham ou lamentam que a descrição da Máquina do Mundo, no mesmo canto, tenha seguido o sistema ptolomaico, mas não seria um anacronismo – aí sim, um anacronismo – a mitológica Tétis descrever para o Gama a Máquina do Mundo pelo correto mecanismo de Copérnico? Para nós basta o esplendor da descrição, e se muitos já julgaram o verso raciniano “La fille de Minos et de Pasiphaé” (Racine, 1980, p. 248) como um dos mais esplêndidos da língua francesa, nós afirmamos o mesmo, em relação à nossa língua e agora no Canto V, do arqui-épico “A destruída Quíloa com Mombaça” (*Lus.*, V, 45, 8).

Falar da presente efeméride poderia deixar de fora qualquer depoimento pessoal, mas este, inclusive por muito sucinto, talvez valha a pena. Se as minhas primeiras leituras poéticas, bastante precoces, foram as dos grandes românticos brasileiros, Camões veio logo em seguida, através, antes de tudo, dos sonetos inigualáveis e dos trechos antológicos d'*Os Lusíadas*. A minha sensação de maravilha por esse apogeu sonoro da nossa língua que é o poema data dessa época, e me acompanha até hoje. Desde que me dou por gente, trago de cor toda a Proposição, a Invocação e a Dedicatória, bem como a maior parte do Velho do Restelo, o encontro com Adamastor, a verdadeira sinfonia de topônimos que domina aventurosamente o Canto X até chegar às últimas oitavas do poema, entre vários outros trechos. A capacidade milagrosa de Camões de subjugar a língua ao sentimento que intenta descrever, de torná-la heroica, elegíaca, bélica, piedosa, indignada, é uma espécie de alegria eterna para todos os que leem português, e o nosso maior privilégio. Mas o amor pelo poema, implacavelmente, transforma-se em amor pelo homem, este homem-síntese que foi Camões, e que subjaz, quase pré-romanticamente, como um sol oculto, no centro de toda a sua obra.

Trago sempre de memória, por outro lado, um sem-número de versos que funcionam quase como aforismos em inúmeras situações da vida humana, o mesmo que acontece com Dante ou Shakespeare em suas respectivas línguas. Como, de fato, não relembrar, em momentos de desânimo quanto ao curso do nosso destino e ao equívoco irremissível das nossas escolhas, versos como:

Oh! como se me alonga, de ano em ano,  
A peregrinação cansada minha!  
Como se encurta, e como ao fim caminha  
Este meu breve e vão discurso humano!  
(Camões, 1998, p. 128).

ou: “Erros meus, má Fortuna, Amor ardente / Em minha perdição se conjuraram;” (Camões, 1998, p. 79).

Como nos lembrarmos da nossa assustadora fragilidade sem que nos venha à consciência o verso “Quão fácil é ao corpo a sepultura” (*Lus.*, V, 83, 5)?

E para quem teve – e como ele os deve ter tido! – algum amor irrecuperável, como esquecer um dístico como este, que responde, em populares redondilhas, à célebre reflexão de Francesca da Rimini na *Divina Comédia*: “Vi que todo o bem passado / Não é gosto, mas é mágoa.” (Camões, 1963, p. 497).

Como, enfim, pensar na onipresente injustiça que rege a vida humana sem lançar mão da décima imortal?

#### AO DESCONCERTO DO MUNDO

Os bons vi sempre passar  
 No mundo graves tormentos;  
 E para mais me espantar,  
 Os maus vi sempre nadar  
 Em mar de contentamentos.  
 Cuidando alcançar assim  
 O bem tão mal ordenado,  
 Fui mau, mas fui castigado:  
 Assim que só para mim  
 Anda o mundo concertado.  
 (Camões, 1963, p. 475).

Tal deve ter sido o que ocorreu a Stefan quando, no final do ano de 1941, o último antes do seu suicídio, traduziu para o alemão e imprimiu nos cartões de cumprimento aos amigos a última oitava do Canto I d’*Os Lusíadas*, como símbolo do que passava e sentia, e vale

a pena lembrar que a língua rigorosamente atual desta estrofe, rigorosamente a *nossa* língua, data de mais de quatro séculos e meio:

No mar tanta tormenta e tanto dano,  
Tantas vezes a morte apercebida!  
Na terra tanta guerra, tanto engano,  
Tanta necessidade aborrecida!  
Onde pode acolher-se um fraco humano,  
Onde terá segura a curta vida,  
Que não se arme e se indigne o Céu sereno  
Contra um bicho da terra tão pequeno?  
(*Lus.*, I, 106, 1-8).

Se sempre fui fortemente atraído pelo gênero épico, n’*Os Lusíadas* encontrei esse sentimento ímpar, esse “Amor da pátria, não movido / De prêmio vil, mas alto e quase eterno” (*Lus.*, I, 10, 1-2), que nunca pude achar em nenhuma outra epopeia, de Homero a Tasso, incluindo Virgílio, por motivos evidentes, sendo importante que aqui se faça a distinção entre poemas estritamente épicos e poemas narrativos, que é a caracterização dominante, por exemplo – a despeito de momentos épicos –, do *Paraíso perdido*, de Milton. Trata-se de uma “pátria” num sentido ilimitado, em verdade a ideia pura do que ela seja, mais ou menos como “A Marselhesa” desperta uma espécie de patriotismo revolucionário em qualquer ocidental não-francês.

Mas o que talvez mais me tenha sempre impressionado em *Os Lusíadas* – e também na lírica – é a força moral que dele emana, a sua audácia em condenar a nobreza, o clero, o próprio rei, em sofrer pela decadência nacional com uma coragem espantosa, ao contrário do que afirmou, em texto completamente equivocado, que acabamos de reproduzir, Ezra Pound (2005). Esse substrato crítico, extraordinário no autor de *Os Lusíadas*, faz desses duros trechos do seu poema como uma armadura ética intemporal para exemplo dos que o leem.

Creio que a língua portuguesa gerou três epopeias, uma no modelo estrito, o poema fundador de Camões, em verso, e no Brasil, em prosa, séculos depois, esses dois monumentos que são *Os sertões*, de Euclides da Cunha, onde há algum influxo de Oliveira Martins, e *O Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, no qual a influência de Aquilino Ribeiro é inafastável, obras que são um pouco como a *Ilíada* e a *Odisseia* brasileiras. Mais do que o Sebastianismo, que poderia, *lato sensu*, fazer uma ponte entre a primeira e a segunda obra, sinto nelas todas um substrato heroico, humano e linguístico que nos irmana e que só nos pode encher de orgulho, independentemente de quaisquer contingências.

Uma das características que mantém Camões perenemente ao nosso lado, como deixamos entrever no início desta fala, é o seu invariável senso de justiça, e a sua perene empatia humana pelos fracos e os desgraçados – a “servil gente”, nas suas próprias palavras –, talvez iniciada no contacto direto com as classes populares em sua juventude de estroina e em seus não poucos encarceramentos, e, obviamente, muito ampliada ao longo do seu exaustivo deambular pelo Oriente, sabe-se lá em que condições. Nas estrofes 45 e 46 do Canto X, vemo-lo vituperar um dos seus heróis máximos, Afonso de Albuquerque, o terrível, logo ele, por ter mandado enforcar um marinheiro que fornicara com uma escrava:

Mais estâncias cantara esta Sirena  
 Em louvor do ilustríssimo Albuquerque,  
 Mas alembrou-lhe uma ira que o condena,  
 Posto que a fama sua o mundo cerque.  
 O grande Capitão que o fado ordena  
 Que com trabalhos glória eterna merque,  
 Mais há de ser um brando companheiro  
 Para os seus, que juiz cruel e inteiro.

Mas em tempo que fomes e asperezas,  
 Doenças, frechas e trovões ardentes,  
 A sazão e o lugar fazem cruezas  
 Nos soldados a tudo obedientes,  
 Parece de selváticas brutezas,  
 De peitos inumanos e insolentes,  
 Dar extremo suplício pela culpa  
 Que a fraca humanidade e Amor desculpa.  
 (*Lus.*, X, 45-46).

E não seria o sempre apaixonado Camões que deixaria de apiedar-se de tal falta.

No final do Canto VII, vemo-lo, com violência sem paralelo numa epopeia de glorificação nacional, atacar os nobres, áulicos ou parasitas, que se utilizavam da sua posição para enriquecer a custa do povo, e especialmente o clero, muito possivelmente os jesuítas, num país dominado pela Inquisição, o que é de uma grandeza moral e de uma coragem verdadeiramente temerárias:

Nenhum que use de seu poder bastante  
 Para servir a seu desejo feio,  
 E que, por comprazer ao vulgo errante,  
 Se muda em mais figuras que Proteio;  
 Nem, Camenas, também cuideis que cante  
 Quem, com hábito honesto e grave, veio,  
 Por contentar o Rei, no ofício novo,  
 A despir e roubar o pobre povo!

Nem quem acha que é justo e que é direito  
 Guardar-se a lei do Rei severamente,  
 E não acha que é justo e bom respeito  
 Que se pague o suor da servil gente;  
 Nem quem sempre, com pouco experto peito,  
 Razões aprende – e cuida que é prudente –  
 Para taxar, com mão rapace e escassa,  
 Os trabalhos alheios que não passa.  
 (*Lus.*, VII, 85-86).

Com toda a franqueza, não conhecemos coisa semelhante na literatura ocidental. Da mesma maneira, no final do insuperável Canto V, o poeta ataca a tacanhez da elite portuguesa de então:

Por isso, e não por falta de natura,  
 Não há também Virgílios nem Homeros;  
 Nem haverá, se este costume dura,  
 Pios Eneias nem Aquiles feros.  
 Mas o pior de tudo é que a ventura  
 Tão ásperos os fez e tão austeros,  
 Tão rudos e de engenho tão remisso,  
 Que a muitos lhe dá pouco ou nada disso  
 (*Lus.*, V, 98, 1-8).

Da mesma maneira que ataca os próprios reis, numa época de monarquia por direito divino e poder absoluto:

Aqui tens companheiro, assim nos feitos  
 Como no galardão injusto e duro;  
 Em ti e nele veremos altos peitos  
 A baixo estado vir, humilde e escuro.  
 Morrer nos hospitais, em pobres leitos,  
 Os que ao Rei e à lei servem de muro!  
 Isto fazem os Reis cuja vontade  
 Manda mais que a justiça e que a verdade.

Isto fazem os Reis, quando, embebidos  
 Numa aparência branda que os contenta,  
 Dão os prêmios, de Aiace merecidos,  
 À língua vã de Ulisses, fraudulenta.  
 Mas vingó-me, que os bens mal repartidos  
 Por quem só doces sombras apresenta,  
 Se não os dão a sábios cavaleiros,  
 Dão-os logo a avarentos lisonjeiros.  
 (*Lus.*, X, 23-24).

E não apenas os reis de Portugal, mas os das maiores casas reais da Cristandade, no início do Canto VII, por sua eterna desunião perante os interesses que seriam comuns a todos.

Finalmente, e agora nas redondilhas de “Sôbolos rios que vão”, vemos o poeta apelar para a justiça divina contra os poderosos deste mundo, que usam de sua força para massacrar os fracos e imbeles:

Aqueles que tintos vão  
No pobre sangue inocente,  
Soberbos co’o poder vão,  
Arrasai-os igualmente,  
Conheçam que humanos são.  
(Camões, 1963, p. 504).

Em tudo isso, por todas as partes, neste poeta que buscava glorificar um Império, e, portanto, a sua conquista e expansão, a piedade e a compreensão humana, que fazem dele uma figura quase contraditória de contemporâneo nosso, se é que merecemos tal título. Esse homem, que nos levou a tantas terras, tantos climas, tantos povos, tantas paisagens, tantas culturas, que muito sofreu e muito amou – para usarmos a expressão do Evangelho –, foi amado, e amado em vida. Esse homem que se apiedou de pobres marinheiros mortos no mar ou injustamente justicados, de uma plebe anônima que espalhou os seus ossos por todos os continentes conhecidos, teve amigos que, não apenas por consciência da sua grandeza, amaram-no, como aqueles simples e obscuros companheiros seus que, em 1581, ao saberem da sua morte na longínqua Metrópole, encomendaram a um pintor indiano o seu retrato, o famoso “Retrato de Goa”. Além do supremo artista que foi, Camões foi superiormente humano, e por isso segue conosco, imune a seu tempo já tão distante, um tempo que ele mesmo, como homem e como artista, acorrentou.

RECEBIDO: 02/02/2025

APROVADO: 04/02/2025

## REFERÊNCIAS

- CAMÕES, Luís de. *Obra completa*. Organização, introdução, comentários e anotações do Prof. Antônio Salgado Júnior. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1963.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Introdução e notas Alexei Bueno. 2. ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- CAMÕES, Luís de. *Sonetos*. Organização Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998.
- GARRETT, Almeida. *Obras de Almeida Garrett*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1963. 2 v.
- NOBRE, Antonio. *Despedidas*. Porto: A Renascença Portuguesa, 1902.
- OLAVO, Carlos. *A vida turbulenta do Padre José Agostinho de Macedo*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & Cia, [1938].
- POUND, Ezra. *The Spirit of Romance*. New York: New Directions, 1968.
- RACINE. *Oeuvres complètes*. Paris: Aux Éditions du Seuil, 1980.
- RIBEIRO, Aquilino. *Camões, Camilo, Eça e alguns mais*. Lisboa: Livraria Bertrand, [1949].
- RIBEIRO, Thomaz. *D. Jayme, ou a dominação de Castela*. Conversação preambular pelo senhor A. F. de Castilho. Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portuguesa, 1862.

## MINICURRÍCULO

**ALEXEI BUENO** é poeta, ensaísta, crítico, tradutor e editor carioca, nasceu em 1963. Publicou vinte livros de poemas, além de numerosos títulos de crítica literária, bem como sobre arquitetura, artes plásticas, cinema e história, com edições no Brasil e no exterior. Recebeu prêmios como o Jabuti, duas vezes, Associação Paulista de Críticos de Arte, Fernando Pessoa, Academia Brasileira de Letras, Biblioteca Nacional, duas vezes, Candango de Literatura, entre outros. É autor de uma edição comentada d’*Os Lusíadas* (1993, 2018), dos *Sonetos de Camões* (1998, 2019) e de *Camões, em nós, por nós*, (2024).